



## CAMINHOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PRONERA: um aprender coletivo

Aline Silva Andrade Nunes<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho visa discutir a trajetória da Educação Física durante as formações de promovidas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA). O objeto de análise são as concepções de Educação Física e os seus significados para a Educação do Campo a fim de se relacionar as práticas corporais com a realidade do campo. Pretende-se ainda, considerando as devidas especificidades históricas do objeto, identificar e analisar as contradições e, sobretudo, as possibilidades de permanências e transformações da disciplina Educação Física no âmbito da abordagem que tem como objeto a cultura corporal.

**Palavras-chave:** Educação do campo, Cultura corporal, Educação Física.

### ABSTRACT

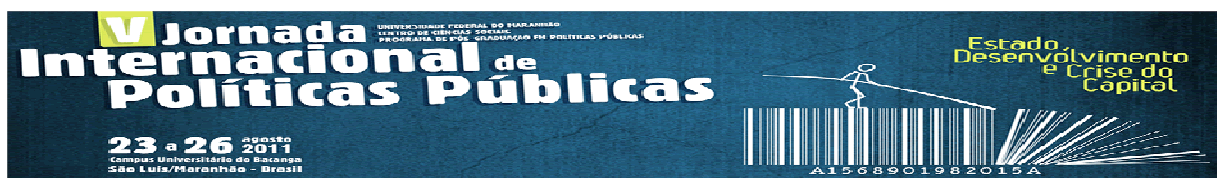
This paper aims to discuss the history of physical education during the training promoted by the National Education Program in Agrarian Reform (PRONERA / UFMA / MST / ASSEMA). The object of analysis are the concepts of physical education and their meanings for Rural Education in order to relate the body practices with the reality of the field. The aim is also considering the appropriate historical specificities of the object, identify and analyze the contradictions and, especially, the possibilities of continuities and transformations of Physical Education under the approach that focuses the body culture.

**Keywords:** Field education, Body culture, Physical education.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestre. Instituto Federal do Maranhão (IFMA / BACABAL) [alineufma@yahoo.com.br](mailto:alineufma@yahoo.com.br)



As políticas públicas induzidas pelas relações capitalistas mundiais correspondem às necessidades do desenvolvimento sócio-econômico, científico e ao poderio tecnológico e militar mundial das nações desenvolvidas. Esta forma de sociabilidade do capital tem impedido a superação dos grandes problemas sociais mundiais, cuja maioria são emanados deste modo de produção: pobreza, fome, desemprego, analfabetismo, precariedade do acesso à educação pública e da formação de educadores(as), a questão agrária, a violência no campo e na cidade, entre outros.

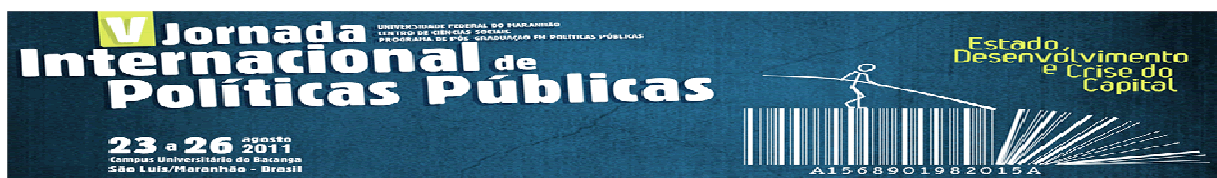
Os movimentos sociais do campo tomam para si a responsabilidade da luta por terra e educação, contrapondo-se ao agronegócio e à velha lógica da educação rural. Essa luta busca fortalecer a construção do novo paradigma da Educação do Campo, e encara o desafio de transformar a realidade a partir do poder de homens e mulheres optarem por uma postura crítica face ao mundo social imposto pelo capitalismo.

Diante desse contexto é que se questiona, no universo da formação dos educadores(as) do campo: que significados a cultura corporal tem para os(as) educadores(as) e como esta vem se constituindo nos cursos de formação de educadores(as) das escolas do campo? Outra indagação é: que possibilidades transformadoras a abordagem crítico-superadora traz para o fazer pedagógico da disciplina Educação Física na realidade do campo?

## **2 A REALIDADE DO CAMPO: ESTADO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

Historicamente, a concepção de educação rural construiu-se em correspondência à visão dicotômica entre campo e cidade. As políticas educacionais visando sua oferta assentaram-se numa política de contenção, que visava fixar homens e mulheres à terra, sem contudo reconhecer seu fazer histórico, sua cultura e produção social.

A idéia do novo paradigma surgiu em meio às lutas por educação, entre atos políticos, fóruns, seminários, marchas e encontros, entre os quais destacam-se o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997 e as I e II conferências nacionais *Por Uma Educação do Campo*, realizadas, respectivamente, em 1998 e 2004. Esses debates culminaram não só com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no ano de 1998, como também com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, instituídas pela Resolução nº1, de 03 de abril de 2002 (BRASIL, 2004).



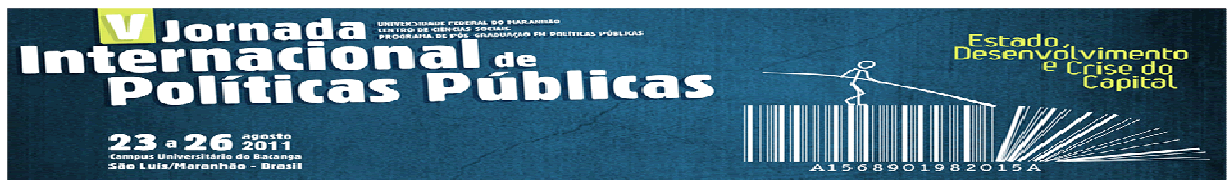
Dessa forma, surgem novas reflexões coletivas que apontam para a perspectiva de afirmação da concepção de Educação do Campo, uma educação feita *no* campo, com pessoas *do* campo e sob os interesses *do* campo, para concretizar uma educação diferente da velha visão ruralista de educação. Assim materializa-se em luta que repensa a educação na estrutura organizacional dos movimentos que participam ativamente do processo de construção dessa nova concepção de educação e nesse contexto, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que, desde a década de 80, intensificou o debate não só pela terra, mas também por condições de existência social no campo, pois a reforma agrária não é possível fora do conjunto das demais políticas públicas de corte social como saúde, educação, esporte e lazer, transporte e segurança.

Em consequência disso, as visões de educação dos povos do campo não estão separadas da luta pela terra e nem do modo como se concebe a produção. As contradições campo-cidade acirram-se com o intenso reforço midiático que aponta dois territórios distintos: o do “agronegócio”, como a imagem do campo “modernizado”, que atinge o aumento da produção para exportação, cada vez maior, com o auxílio de novas tecnologias e o da agricultura tradicional, geralmente apresentado como sinônimo de atraso. No primeiro modelo, há o aumento da desigualdade social com a concentração de riqueza nas mãos dos grandes proprietários de terras, a exploração do trabalho assalariado e escravo, a destruição dos recursos naturais, práticas de mercado globalizantes que priorizam o mercado externo e tantas outras consequências típicas de uma agricultura capitalista.

Por sua vez, a agricultura camponesa e familiar visa revalorizar o campo enquanto espaço de vida, com geração de trabalho e renda, priorizando o mercado local, produzindo de acordo com os recursos naturais disponíveis e exigindo políticas sociais de acesso à educação, saúde, saneamento, segurança, renda e lazer com qualidade.

### **3 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO: UMA LEITURA A PARTIR DO PRONERA**

No Maranhão, o PRONERA resulta dessa mobilização nacional “Por uma Educação do Campo”, que envolve educadores, militantes, estudantes, universidades públicas e das ações do MDA, que tem como órgão executor de suas políticas de Estado o INCRA. Destaca-se a parceria realizada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Colégio Universitário -COLUN/UFMA, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Escola Agrotécnica Federal do Maranhão - EAFSL, Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET,



Centro de Cultura Negra - CCN, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - ACONERUQ) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA. Nos últimos dez anos, esses sujeitos têm elaborado e executado programas de alfabetização de jovens e adultos, ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, ensino médio, formação profissional e capacitação pedagógica de professores(as), dentre outras ações (COUTINHO, 2008).

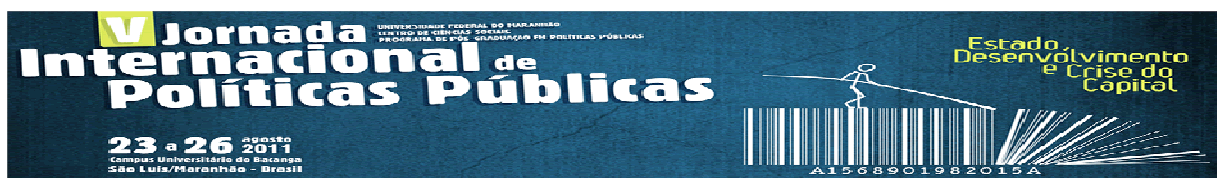
Na realidade maranhense, os Índices de Desenvolvimento Humano - IDH e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB constam entre os mais baixos do país, o que torna o PRONERA uma caminhada de desafios, pois há uma dívida histórica de negação da escola pública e de qualidade para os trabalhadores(as) do campo, os Sem-Terra e seus filhos(as), os indígenas e os quilombolas, fazendo o estado do Maranhão liderar os baixos indicadores de desenvolvimento educacional e condições de vida.

Desde o último século, a Educação do Campo no estado pouco se alterou, uma vez que em muitos municípios não há sequer estruturas físicas mínimas para o funcionamento de escolas. Dentre os problemas, identifica-se em muitos municípios: ausência de prédios escolares, de bibliotecas, espaços para a prática da Educação Física, refeitórios, materiais de apoio para professores, professores sem a formação mínima exigida para o exercício do magistério na educação básica etc (MARANHÃO, 2008).

Diante deste quadro de quase abandono pelos órgãos responsáveis pela garantia de educação no estado, reafirma-se a luta do coletivo de lideranças dos movimentos sociais, trabalhadores(as), educadores(as), estudantes, enfim de todos que, no processo de construção de uma nova realidade social, compartilham experiências, saberes e culturas, articulando ações políticas com o movimento pela educação do campo.

#### **4 CULTURA CORPORAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

A escola, enquanto instituição a serviço do Estado, tende a oferecer um modelo de educação que reforça a reprodução do sistema social capitalista, em lugar de ser instrumento que contribua para a emancipação humana, que segundo Mészáros (2005), é o principal objetivo de quem luta contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância. Segundo esse pensador, a problemática educativa está atrelada às sucessivas crises do capital. Se a escola do campo realmente buscar contribuir com esta emancipação, apesar das contradições e da impossibilidade



de se humanizar o capital, poderia vir a ser um instrumento de grande valia para a superação deste modelo de sociedade.

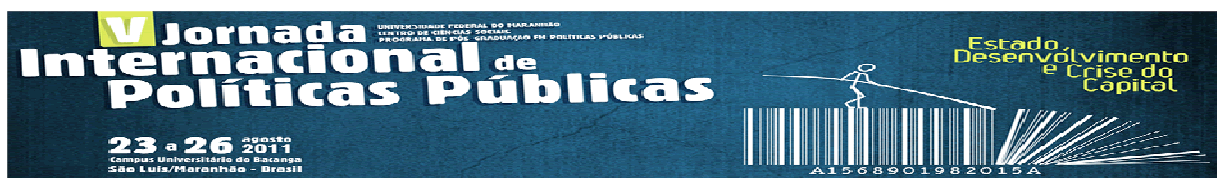
Sabe-se que a educação e a escola sozinhas não farão as mudanças estruturais da sociedade, mas sem ela isto será impossível. Pela via das práticas político-pedagógicas dos educadores instituídas no interior da escola, inclusive a gestão, a construção do currículo e os conteúdos selecionados para serem ensinados, poder-se-ia impedir o processo de exclusão dos povos do campo do conhecimento historicamente produzido e apontar caminhos aos(as) alunos(as) que pressuporiam um novo projeto de sociedade. Assim, concorda-se com Tonet (2007, p. 49) ao afirmar que: “uma educação que pretenda contribuir para formar pessoas verdadeiramente livres deve estar articulada com a emancipação humana e não com a cidadania” moderna, sob os moldes neoliberais da sociedade capitalista.

Um(a) educador(a) crítico *na* e *para* a educação do campo deve considerar os fundamentos políticos dos movimentos sociais nos quais está inserido e aceitar o desafio de defesa da reforma agrária e do próprio campo, que fortalecido com seus sujeitos engajados na luta, constroem um novo projeto de desenvolvimento sustentável para o campo. No processo de formação o(a) educador(a) deve aprender que a escola não está isolada do contexto social no qual está inserida e que esta não é uma instituição neutra.

É nesse sentido que Snyders (2005, p.102-103) afirma que a escola não deve ser um feudo da classe dominante, antes

[...] ela é terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada; ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete a exploração e a luta contra a exploração. A escola é, simultaneamente, reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. O seu aspecto reprodutivo não a reduz a zero: pelo contrário, marca o tipo de combate a ser travado, a possibilidade desse combate que já foi desencadeado e que é preciso continuar. É esta dualidade, característica da luta de classes, que institui a possibilidade objetiva de luta.

A educação do campo pressupõe o poder dessa objetivação, por ser uma concepção que considera a sua própria identidade e diversidade, pensando o fazer pedagógico enquanto prática educativa *omnilateral* a partir de relações sociais libertadoras no âmbito escolar e lutando por difundir o princípio metodológico da totalidade dialética, o trabalho enquanto elemento



educativo e criador, assim como a compreensão do espaço do campo como local de expressões de múltiplas culturas e de vida.

Isso significa optar pela capacidade humana de lutar pela educação a todos os povos do campo enquanto possibilidade libertadora, na qual educadores(as) de todas as áreas do conhecimento possam se comprometer com o ensino vinculado à realidade concreta, e fundamentado politicamente. Assim, pode-se vislumbrar uma saída positiva para os que encaram o desafio da transformação da realidade do campo, defendendo a reforma agrária e ampliando a luta dos movimentos sociais por políticas públicas, entre as quais a de educação com qualidade.

Esse é um parâmetro válido para a Educação Física quando coloca para si o desafio da formação do educador(a) e tem um importante papel na construção destes conceitos que resignificam um fazer pedagógico pautado na matriz dialética, que no caso da Educação Física se aproxima da abordagem crítico-superadora.

Para a construção de um conceito de cultura corporal, em uma visão de totalidade, deve-se inter-relacionar as categorias cultura, trabalho, educação, corpo, política e história. Por isso, a cultura corporal sob a perspectiva crítico-superadora está ligada, na sua raiz, ao materialismo histórico-dialético, por acreditar que este referencial teórico trata das problemáticas da educação do campo com um posicionamento crítico à realidade social a que os(as) trabalhadores(as) rurais estão submetidos, apontando para sua transformação a partir do próprio homem.

Nessa perspectiva, o corpo, numa visão de cultura corporal, é entendido enquanto construção histórica que não se esgota no próprio corpo, por ser totalidade. Nesse movimento que se processa em espiral, há uma “*concretização* que procede [...] da totalidade para as contradições e das contradições para a realidade” (KOSIK, 1976, p.41, grifo do autor).

No caso da Educação Física, a legitimidade da disciplina pode se afirmar tanto na concepção da *cultura corporal*, que compreende a riqueza das várias manifestações corporais humanas construídas historicamente, quanto da *atividade física*, subordinada aos conceitos de competição e rendimento, inclusive descaracterizando o próprio esporte da sua dimensão pedagógica, com a finalidade de obedecer à lógica que o capitalismo impõe: a do corpo como mercadoria.

A ampliação dos significados de uma mera atividade física para as *múltiplas práticas corporais* que traduzem toda uma cultura e história, repletas de sentidos e interpretações, reforçam uma prática pedagógica no campo da Educação Física que reafirma os interesses das chamadas minorias enfatizando a educação no sentido da formação humana





## 5 CONCLUSÃO

A Educação Física e a Educação do Campo têm demarcado uma trajetória que vem sendo construída paulatinamente, por meio de experiências em diferentes atuações do PRONERA.

Uma educação voltada para o campo deve contemplar todas as áreas de conhecimento de forma crítica e fortalecer a ampliação da Educação do Campo e, neste sentido, o PRONERA tem conseguido espaços que, apesar das dificuldades enfrentadas, tem claro o desafio de contribuir para transformar essa realidade.

Nessa perspectiva, a Educação Física entende as contradições existentes na sociedade e das quais o campo faz parte. É neste processo que ocorre a construção histórica de uma identidade própria do campo, uma vez que se considera as práticas corporais como construções históricas da humanidade, assim como todos os seus conteúdos (jogo, dança, ginástica, luta e esporte) que são também resultados de um longo processo sócio-histórico e cultural.

Finalmente, aproximando-se cada vez mais do referencial adotado pela concepção da Educação do Campo, a Educação Física vem conquistando espaço, destacando-se como prática pedagógica de vivências sociais que, apesar das contradições ainda existentes, deixa claro ser a cultura corporal parte desta nova concepção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** - Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Brasília/DF: MEC/SECAD, 2004.

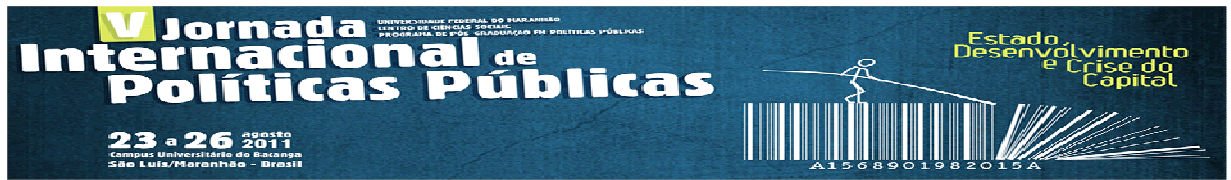
COUTINHO, Adelaide Ferreira. 10 anos do PRONERA Brasil-Maranhão: construindo a educação do campo. In: **Seminário de 10 anos do PRONERA**. São Luís, 2008. (Palestra).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARANHÃO. PRONERA/UMFA/MST/ASSEMA. **Relatório final de pesquisa**. São Luís: NEPHECC/UFMA, 2008

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. Trad. Education beyond capital.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005.



TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007